

1 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA
2 HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada no dia vinte e seis
3 de junho de dois mil e dezoito na Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ. Ao
4 vigésimo sexto dia do mês de junho de dois mil e dezoito às nove horas e trinta minutos
5 em primeira convocação e às dez horas em segunda convocação, deu-se início a
6 Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das
7 Ostras com a seguinte relação de presença: Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra e
8 Evelyn Raposo da Silva, representantes da Prefeitura Municipal de Macaé (PMM);
9 Magno Grativol Peixoto, representante do Instituto Estadual do Ambiente (INEA-
10 SUPMA); Max José de Almeida, representante da Prefeitura de Rio das Ostras
11 (PMRO); Affonso Henrique de Albuquerque Junior, representante da Empresa de
12 Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO);
13 Luizmar Mozer, representante da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu (PMCA);
14 Katia Regina Schottz Coelho de Albuquerque, representante do Instituto Bioacqua de
15 Promoção de Desenvolvimento Sustentável e Defesa do Meio Ambiente (BIOACQUA);
16 Maria Inês Paes Ferreira, representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e
17 Tecnologia Fluminense (IFF) – Campus Macaé; Aurea Pinheiro, representante da
18 Associação de Apoio à Escola do Colégio Estadual José Martins da Costa; Virgínia
19 Villas Boas Sá Rego, representante da Universidade Candido Mendes – Campus Nova
20 Friburgo; Maurício Mussi Molisani e Francisco Martins Teixeira, representantes da
21 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Campus Macaé; Eduardo Bini da
22 Silva, representante do Centro de Estudos e Conservação da Natureza (CECNA); Maria
23 Eduarda Ribeiro da Silva, representante da Associação Raízes; Jorge Barcelos,
24 representante da Colônia de Pescadores Z3 Macaé-RJ; Otávio José Costa Martins e
25 Lívia Garcia Silveira, representantes da BRK Ambiental; José Eduardo Carramenha,
26 representante do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR); André Crespo, representante
27 da Vale Azul; Ausência Justificada: Alda Maria de Oliveira, membro do Colegiado
28 Gestor e Coordenadora da CTIG, representante do Instituto Bioacqua de Prom. De Des.
29 Sust. e Defesa do Meio Ambiente (BIOACQUA), avisou sua ausência, com
30 antecedência por motivo de doença; Ouvintes: Luisangelo Costa; Thiago J S Cardoso;
31 Amabile Ferreira; Marianna Cavalcante; Mariana Fukushima; Jasmim Faturine; Victor
32 Andrade; Alice Azevedo; Gisely Mendes; Cláudia Magalhães; Gisela Torres. A reunião
33 foi presidida pelo Diretor Presidente do CBH Macaé, Sr. Rodolfo Coimbra. A pauta de
34 reunião foi composta pelos seguintes itens: 1- Aprovação da ATA do dia 02 de março
35 de 2018; 2- Apresentação de “Indicadores de Sustentabilidade: Avaliação a
36 Prosperabilidade na Região Hidrográfica VIII do Estado do Rio de Janeiro” – Prof.ª.
37 Maria Inês Paes Ferreira; 3- Validação da entrada da Natural Energia como membro
38 suplente do CBH Macaé; Aprovação pela Plenária; 4.1 – TR de Planos de Saneamento;
39 4.2 –TR de Monitoramento das Águas da REBIO União; 4.3 - TR de Assessoria de
40 Comunicação; 4.4 - Resolução que prevê reembolso de despesas para convidados; 4.5 -
41 Minuta da Resolução que altera a Resolução 61/2016, que aprova a aplicação de
42 recursos financeiros no montante anual de R\$ 40.000,00 na região localizada a montante
43 da Barragem da Tapera (rio Macabu); 4.6 - Confecção de banner para a Semana do
44 Meio Ambiente; 5- Apoio do CBH MACAÉ a projetos a serem submetidos ao edital

45 PETROBRÁS SOCIOAMBIENTAL; 6- Aprovação de membros titular e suplente para
46 compor o Conselho da REBIO União; 7- Participação no Fórum Nacional sem custos ao
47 CBH Macaé; 8- Aprovação do Plano de Trabalho para o próximo ano; e 9- Assuntos
48 gerais. O senhor Rodolfo Coimbra deu início a reunião anunciando alteração na pauta
49 enviada. Devido aos imprevistos ocorridos, a Reunião Ordinária de Plenária que iria
50 ocorrer no dia 25 (vinte e cinco) de maio, foi remarcada para o dia 26 (vinte e seis) de
51 junho, acarretando na prescrição de demandas. O Sr. Rodolfo Coimbra apresentou a
52 nova pauta para a reunião plenária, ficando assim definida: **1 - Aprovação da ata do**
53 **dia 02 de março 2018; 2 - Apresentação - “Indicadores de sustentabilidade:**
54 **avaliação da prosperabilidade na Região Hidrográfica VIII do Estado do Rio de**
55 **Janeiro” - Maria Inês Paes Ferreira; 3 - Apresentação - "Aumento do PPU CBH**
56 **Macaé" - Rodolfo Coimbra; 4 - Validação da entrada da Natural Energia como**
57 **membro suplente do CBH Macaé; 5 - Aprovação da minuta de resolução que prevê**
58 **reembolso de despesas para convidados; 6 - Aprovação da minuta de resolução que**
59 **revoga a Resolução nº. 61/2016 e aprova a aplicação de recursos financeiros a título**
60 **de compensação pela transposição na região localizada a montante da Barragem**
61 **da Tapera (rio Macabu); 7 - Participação no Fórum Nacional sem custos ao CBH**
62 **Macaé; 8 - Viagem ENCOB – custos de passagem e diárias e de onde serão tiradas;**
63 **9 - Aprovação do Plano de Trabalho Setembro a Dezembro/2018 e Plano de**
64 **Trabalho 2019; 10 - Assuntos Gerais: Aprovação de membros titular e suplente**
65 **para compor o Conselho da REBIO União; Projetos apoiados pelo CBH Macaé**
66 **submetidos ao Edital 2018 do Programa Petrobras Socioambiental; Projeto**
67 **submetido pelo CBH Macaé ao Edital 2018 do Programa Petrobras**
68 **Socioambiental; Competência da elaboração e responsabilidade dos Termos de**
69 **Referência para aquisição de bens e contratação de serviços; Definição de data**
70 **para o Fórum dos Usuários (13/07/2018); Confeção de canecas para os membros**
71 **do CBH Macaé.** O Sr. Rodolfo Coimbra deu início a reunião com o **primeiro ponto** de
72 pauta, onde perguntou se havia alguma manifestação referente a aprovação da ATA do
73 dia 02 (dois) de março de 2018 (dois mil e dezoito), sem nenhuma manifestação
74 contrária, a ATA foi aprovada e passou-se para o **segundo ponto**. A palavra foi dada a
75 Sra. Maria Inês Paes, onde a mesma fez uma apresentação sobre os Indicadores de
76 sustentabilidade: avaliação a prosperabilidade na Região Hidrográfica VIII do Estado do
77 Rio de Janeiro. A Sra. Maria Inês Paes começou falando sobre seu trabalho feito no
78 Canadá, referente a integração do modelo de gestão das águas do Comitê Macaé e
79 Ostras com a gestão das águas na Ilha de Vancouver. A mesma argumentou sobre o
80 questionário preenchido por alguns dos membros do Comitê, onde com as informações
81 obtidas tirou-se a avaliação de como seria essa prosperabilidade, sendo feitas
82 considerações nas conclusões obtidas, não havendo mais nada a ser apresentado passou-
83 se para o **terceiro ponto** de pauta. O Sr. Rodolfo Coimbra deu segmento a reunião
84 falando sobre o aumento da cobrança, devido a redução do valor da compensação
85 financeira repassado aos estados preconizado pela lei federal nº 11.666/2018. Onde o
86 estado recebe o montante arrecadado pela cobrança, e o mesmo repassa uma parte desse
87 recurso ao Comitê. O Sr. Rodolfo Coimbra salientou que o governo começou a avaliar
88 as contas, tendo assim um planejamento do aumento do Preço Público Unitário (PPU)

89 paralelo ao aumento do Índice de Preços ao Consumido Amplo (IPCA), ou seja, a
90 cobrança será vinculada ao IPCA. Isso devido ao aumento do contrato de gestão. O Sr.
91 Rodolfo Coimbra salientou que a proposta não será aprovada hoje, primeiro será
92 encaminhado para a Câmara Técnica de Instrumento de Gestão (CTIG) e depois
93 aprovado na próxima Reunião Plenária. O mesmo argumentou que a lei da cobrança tem
94 três setores sendo eles: aquicultura, agropecuária e outros (saneamento, termoelétrica
95 entre outros), onde os membros usuários intitulados como “outros” pagavam em 2003 o
96 valor de R\$ 0,02 (dois centavos de real) por metro cúbico. Em 2017 teve-se um
97 aumento de 100%(cem por cento) indo para R\$ 0,04 (quatro centavos de real) por metro
98 cúbico. O Sr. Rodolfo Coimbra salientou dois cenários, primeiro de acordo com o
99 cenário do IPCA de 2004 a dezembro de 2014 teve reajuste de 21%, onde o mesmo
100 propôs que tenha-se um aumento de 25% (vinte e cinco por cento) em cima do PPU
101 para todos os três setores, indo de R\$ 0,04 (quatro centavos de real) por metro cúbico
102 para R\$ 0,05 (cinco centavos de real) por metro cúbico para os usuários “outros”; a
103 agropecuária indo para R\$ 0,00125 (cento e vinte e cinco milésimos de real) por metros
104 cúbicos e a aquicultura indo para R\$ 0,001 (um décimo de centavo de real), o segundo
105 cenário seria o de todos os membros usuários paguem R\$ 0,05 (cinco centavos de real),
106 onde, os usuários “outros” iriam sofrer um aumento de 25% (vinte e cinco por cento), a
107 agropecuária sofreria um aumento de 500% (quinhentos por cento) e a aquicultura com
108 625% (seiscentos e vinte e cinco por cento). O Sr. Rodolfo Coimbra enfatizou que tem
109 uma proposição única, que seria encaminhar essa demanda e reativar o GT Cobrança
110 (Grupo de Trabalho de Cobrança) que é vinculada a CTIG, que atualmente está
111 desativado pois já atingiu sua finalidade em 2016 (dois mil e dezesseis). Para isso deve-
112 se escolher os membros para compor o Grupo de Trabalho e até a próxima reunião da
113 CTIG os membros que se propuseram a participar, que já cheguem com as propostas
114 prontas para que já saiam da Reunião de Câmara Técnica aprovadas. O Sr. Rodolfo
115 perguntou aos membros se havia alguma objeção com a retomada do Grupo de
116 Trabalho, sem nenhuma manifestação o GT foi reativado. O Sr. Rodolfo Coimbra e a
117 Sra. Maria Inês Paes se disponibilizaram a participar do mesmo. Fugindo ao ponto de
118 pauta foi definida a data do Fórum dos Usuários, sendo ele, no dia 13 (treze) de julho de
119 2018 (dois mil e dezoito) com o consentimento de todos os membros presentes.
120 Retornando a pauta, o Sr. Rodolfo Coimbra ressaltou ainda que o Comitê tem
121 maturidade suficiente para que se possa criar e conduzir o Grupo de Trabalho de
122 Cobrança e que deve ser formado até o final de agosto, para poder ser aprovado na
123 próxima Reunião Plenária que ocorrerá no dia 31 (trinta e um) de agosto de 2018 (dois
124 mil e dezoito), caso contrário terá que ser realizada uma Reunião Extraordinária de
125 Plenária para que se possa aprovar o produto do GT Cobrança, que deve ser ratificado
126 pelo CERHI em setembro. O mesmo acentuou que o prazo limite para a apresentação de
127 propostas é até o dia 10 (dez) de agosto de 2018 (dois mil e dezoito), dia que ocorrerá a
128 reunião de Câmaras Técnicas e Diretoria Colegiada, não tendo mais nada a ser discutido
129 deu-se prosseguimento na reunião. O **quarto ponto** de pauta, referente à entrada da
130 empresa Natural Energia como membro suplente, foi considerado inválido, pois os
131 documentos da Natural Energia estavam em desacordo com o regimento do Comitê. O
132 sr. Rodolfo Coimbra, esclareceu que o ponto de pauta iria ser retirado antes do início da

133 reunião, contudo foi mantido para prestação de esclarecimentos, tanto para os membros
134 presentes, quanto para o representante da empresa, Sr. Luisangelo Costa, presente na
135 reunião. Com isso não foi validado a entrada da empresa Natural Energia na Reunião
136 Ordinária de Plenária, devido aos entraves administrativos. A Sra. Adriana Saad
137 ressaltou que somente foram avisados à pouco tempo que as outorgas preventivas não
138 são consideradas como outorgas e com isso não seria possível a validação da empresa.
139 A Sra. Gisela Torre, do SEA, pediu a palavra e explicou sobre a questão das outorgas, a
140 mesma ainda, ressaltou que só estava presente na reunião para validar o que a Sra.
141 Adriana Saad havia acabado de falar, sem mais nada a ser discutido deu-se seguimento
142 para o **quinto ponto** de pauta. O Sr. Rodolfo Coimbra passou a palavra para o Sr.
143 Affonso Albuquerque, onde o mesmo realizou a leitura da Minuta da Resolução que
144 prevê reembolso de despesas para convidados, sem nenhuma objeção por parte dos
145 membros a Minuta da Resolução foi aprovada dando seguimento para o **sexto ponto** de
146 pauta. O Sr. Affonso Albuquerque prosseguiu com a reunião, falando sobre a Minuta da
147 Resolução que revoga a Resolução nº. 61/2016, “resolução que aprova a aplicação de
148 recursos financeiros da cobrança pelo uso da água pela subconta do Comitê, no
149 montante atual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para ser destinado a título de
150 compensação, para a transposição”, ressaltando a necessidade de uma outra resolução
151 conjunta com o Comitê do Baixo Paraíba do Sul (CBHBPSI), pra que posteriormente
152 sejam aprovadas pelo CERHI, para que se diminua o conflito pelo uso da água na
153 barragem da Tapera. O Sr. Affonso Albuquerque explicou que o objetivo da plenária
154 seria a aprovação da minuta, dando direito a Diretoria Colegiada fazer a redação final,
155 pois não será muito modificada. O Sr. Victor Andrade, assessor jurídico do CILSJ,
156 sugeriu que se fosse aprovada a parte financeira e não a minuta, o Sr. Rodolfo Coimbra
157 corroborou, afirmando o objetivo desse ponto de pauta na reunião seria para aprovar o
158 montante e não a Minuta da Resolução. Sem nenhuma objeção, o valor de R\$ 50.000,00
159 (cinquenta mil reais) foi aprovado, sendo autorizada ao Diretório Colegiado a
160 competência para a redação final da minuta da Resolução Conjunta, que logo após,
161 deverá ser encaminhada para homologação do CERHI. Deu-se seguimento para o
162 **sétimo ponto** de pauta, onde o Sr. Rodolfo Coimbra explicou que anteriormente quem
163 participava do Fórum Nacional era o Sr. Affonso Albuquerque, sendo o mesmo
164 indicado pelo próprio Fórum para representar o setor público do Estado no Fórum
165 Nacional. A palavra foi passada ao Sr. Affonso Albuquerque que continuou explicando
166 sobre o financiamento ao Fórum Nacional. O Sr. Rodolfo Coimbra enfatizou que a ida
167 deverá ser sem custo ao Comitê e sempre dando retorno dos conhecimentos adquiridos,
168 nada mais a acrescentar a palavra foi passada para a Sra. Adriana Saad que deu
169 prosseguimento ao **oitavo ponto** de pauta referente a ida ao ENCOB (Encontro
170 Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas). Antes de explicar sobre o orçamento
171 para a viagem, foi apresentada a nova Coordenadora Administrativa, Sra. Cláudia
172 Magalhães. Dando continuidade, a mesma explicou que foi realizado o levantamento
173 dos custos da viagem, e propôs que os membros saiam dia 19 (dezenove) e retornem no
174 dia 25 (vinte e cinco), isso devido à visita técnica, que ainda não tem data definida. A
175 média por pessoa seria de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com ajuda de custo e reembolso
176 limitado. Como a rubrica para Reembolso, Ajuda de Custo e Passagem Aérea já havia

177 acabado foi feito um remanejamento da rubrica de Consultoria para a Implantação do
178 Sistema Integrado de Comunicação, finalizou, ressaltando que a Plenária, deverá definir
179 os membros que irão comparecer no ENCOB. O Sr. Rodolfo Coimbra pediu a palavra,
180 onde sugeriu que o período de permanência no evento fosse dia 19 (dezenove) a 24
181 (vinte e quatro), totalizando 06 (seis) diárias, com o valor total R\$ 1716,00 (mil
182 setecentos e dezesseis reais). Ressaltou, que com esse montante, poderia ser enviado em
183 torno de 8 (oito) ou 10 (dez) pessoas; salientou que, sendo ele o Diretor Presidente do
184 Comitê, e o Sr. Affonso Albuquerque, representante do Comitê no Fórum, ambos são
185 obrigados a comparecer ao evento. Foi aberto o debate sobre o preenchimento das vagas
186 distribuídas entre a Sociedade Civil, Coordenadores de Câmara Técnica e Membros da
187 Diretoria Colegiada. A Sra. Maria Inês Paes, Vice Presidente do Comitê, argumentou
188 que iria comparecer, entretanto não ficará o evento todo, informou que passará por e-
189 mail os dias disponíveis. O Sr. Jorge Barcelos, membro da Diretoria Colegiada e
190 Coordenador da Câmara Técnica Lagoa e Zona Costeira (CTLAZOC), expressou que
191 estava meio receoso com relação a transporte, ressaltou que iria acertar tudo com a Sra.
192 Marianna Cavalcante, mas confirmou que teria disponibilidade de comparecer ao
193 evento. A Sra. Maria Eduarda, Coordenadora da Câmara Técnica Educação Ambiental,
194 Comunicação e Mobilização Social, confirmou sua disponibilidade de comparecer ao
195 evento. Foram reservadas duas vagas, uma para a Sra. Alda de Oliveira, Membro da
196 Diretoria e Coordenadora da Câmara Técnica Instrumento de Gestão (CTIG), que não
197 pode comparecer à reunião por problemas de saúde e outra para o Sr. Bruno
198 Szuchmacher, que não pode comparecer a reunião, por compromisso profissional,
199 restando quatro vagas para os membros da Sociedade Civil. O Sr. Rodolfo Coimbra
200 ressaltou que as instituições Associação Friburguense de Canoagem (AFRICA) e
201 Associação de Proteção ao Patrimônio Ambiental e Cultural Tororó Sana (APPAC
202 Tororó Sana) não estão habilitados, pois não comparecem as reuniões. O Sr. Rodolfo
203 Coimbra perguntou aos membros da Sociedade Civil presentes, se tinham
204 disponibilidade para o evento, sendo confirmado interesse. Foi confirmada a
205 disponibilidade da Sra. Aurea Pinheiro, representante da Associação de Apoio à Escola
206 do Colégio Estadual José Martins da Costa; da Sra. Virgínia Villas Boas Sá Rego,
207 representante da Universidade Candido Mendes - Campus Nova Friburgo; do Sr.
208 Maurício Mussi, representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –
209 Campus Macaé e do Sr. Eduardo Bini da Silva, representante do Centro de Estudos e
210 Conservação da Natureza (CECNA). O Sr. Rodolfo Coimbra salientou que caso o Sr.
211 Bruno Szuchmacher ou a Sra. Alda de Oliveira não tiverem a disponibilidade de ir no
212 ENCOB um dos 4 (quatro) membros disponíveis citados irá ocupar a vaga, perfazendo
213 um total de 9 (nove) pessoas. Entretanto se os mesmos comparecerem ao evento,
214 adicionar-se-á mais uma vaga, totalizando 10 (dez) membros. Nada mais a ser discutido
215 deu-se segmento para o **nono ponto** de pauta referente a aprovação do Plano de
216 Trabalho de setembro a dezembro de 2018 (dois mil e dezoito). A palavra retornou a
217 Sra. Adriana Saad, onde a mesma explicou que o Comitê Macaé é o único que não está
218 no calendário fiscal do Estado, de janeiro a dezembro, como os outros Comitês.
219 Salientou que o Comitê Macaé foi intimado a regularizar essa situação, onde a
220 Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) orientou que fizesse um plano para o período

221 de setembro a dezembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito). A Sra. Adriana Saad
222 comunicou que precisa validar esse plano que é o mesmo do ano passado só que
223 referente aos quatro meses (de setembro a dezembro). Sem nenhuma objeção foi
224 considerado aprovado o plano para quatro meses. A mesma indicou que também deveria
225 ser aprovado o plano de trabalho para o ano de 2019 (dois mil e dezenove), onde
226 explicou que seria reajustado de acordo com os valores do IPCA, onde havia definido o
227 valor de 4,61% (quatro vírgula sessenta e um por cento) em cima do valor do ano
228 passado, a parte de cobrança do valor de R\$ 439.000,00 (quatrocentos e trinta e nove
229 mil reais) irá pra R\$ 556.000,00 (quinhentos e cinquenta e seis reais), ressaltou que o
230 custeio será o mesmo porém o Preço Público Unitário (PPU) irá aumentar devido ao
231 aumento da cobrança. A Sra. Adriana Saad perguntou se havia alguma objeção por parte
232 dos membros, sem nenhuma discordância, foi considerado aprovado o plano de trabalho
233 de 2019 (dois mil e dezenove). Foi dado prosseguimento ao **decimo ponto** de pauta,
234 referente a assuntos gerais; a Sra. Adriana Saad, pediu para falar sobre os Termos de
235 Referência (TR) antes de dar prosseguimento aos assuntos gerais. Explicou que foi
236 orientada pela Assessoria Jurídica a não mandar o Termo de Referência (TR) para as
237 empresas que fornecem os orçamentos para a licitação e para os membros do Comitê,
238 devendo mandar somente um esboço da metodologia. Ressaltou, que os membros junto
239 a equipe técnica da delegataria, devem ver toda a parte técnica dos TR, cabendo criar,
240 pesquisar e construir toda a sua estrutura. Finalizada essa etapa, ele deve prosseguir para
241 o âmbito administrativo para que sejam executados os trâmites legais. Uma vez em
242 posse do setor administrativo, a equipe técnica e os membros, não poderão mais ter
243 acesso ao TR, para que não haja interpretação de favorecimento a determinada empresa
244 ao longo do processo de contratação e conseqüentemente impugnação da licitação. O Sr.
245 Rodolfo Coimbra, questionou se haveria a prerrogativa do Comitê nomear um
246 representante para a comissão de licitação. A Sra. Adriana Saad respondeu que somente
247 colaboradores da delegataria, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho),
248 podem fazer parte da Comissão, entretanto salientou ou que os membros podem no dia
249 licitação caso queiram. O Sr. Rodolfo questionou que caso necessite do apoio jurídico
250 para impugnação, o Comitê pode acionar o corpo jurídico do CILSJ, obtendo resposta
251 positiva da Sra. Adriana Saad. Nada a ser discutido sobre o tema, deu-se seguimento a
252 reunião, com a indicação de membros titular e suplente para compor o Conselho da
253 REBIO União. A palavra foi passada para a Sra. Marianna Cavalcante, onde a mesma
254 explicou que havia sido levanta a questão para indicação dos membros através do grupo
255 do Comitê pelo Whatts App. Ficou pré-definido que seriam indicados como titular a
256 Sra. Maria Inês Paes e como suplente o Sr. Francisco Teixeira, ambos já representavam
257 o Comitê na REBIO União. Foi explicado que houve a reformulação desse conselho, e
258 foi pedido que fosse reenviado o ofício com a indicação; sem nenhuma oposição a
259 indicação foi aprovada e o ofício deve ser enviado. A Sra. Adriana Saad deu
260 continuidade perguntando aos membros presentes se todos estavam de acordo com a
261 data proposta para a realização do Fórum dos Usuários, sem objeção ficou marcado para
262 o dia 13 (treze) de julho de 2018 (dois mil e dezoito). Dando continuidade foi
263 questionado sobre a aquisição das canecas para o Comitê, o Sr. Thiago Cardoso
264 explicou que as canecas já estão sendo confeccionadas e que na próxima reunião já

265 ocorrerá a substituição dos copos descartáveis. A palavra foi passada ao Sr. Luizmar
266 Mozer onde explicou sobre o grupo, localizado em Casimiro de Abreu, que trata da
267 Saúde do Trabalhador Rural, perguntou se era possível trazê-los ao Comitê para uma
268 apresentação de seus trabalhos, perguntou ainda se havia a possibilidade de um projeto
269 para análise de água e solo vinculado aos agrotóxicos. O Sr. Rodolfo Coimbra falou que
270 não se tem mais recursos para esse ano, contudo pode ser visto ano que vem, e que seja
271 apresentado o projeto para a apreciação do Comitê. A palavra foi passada a Sra.
272 Marianna Cavalcante que falou brevemente sobre os projetos apoiado pelo comitê
273 Macaé, tendo como título “Casa dos Saberes” e “Recuperando o passivo ambiental dos
274 assentamentos fluminenses” que foi proposto pela Escola Estadual de Capacitação e
275 Formação a Reforma Agrária, explicando de forma sucinta a metodologia aplicada. Foi
276 passada a palavra para a Sra. Alice Azevedo, representante da Instituição Casa dos
277 Saberes, que explicou sobre os objetivos do projeto. A palavra voltou para a Sra.
278 Marianna Cavalcante, que compartilhou a informação referente ao Projeto submetido ao
279 edital da Petrobras Socioambiental com título” Projeto Guanandi Remando Pela Vida”,
280 explicando de forma sucinta seu objetivo e metodologia. Nada mais havendo a tratar, a
281 presente ata foi lavrada por mim, Mariana Miki Fukushima e assinada pelo Diretor
282 Presidente do CBH Macaé, Sr. Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra.

ORIGINAL ASSINADA
RODOLFO DOS SANTOS COUTINHO COIMBRA
Diretor Presidente do CBH Macaé

Aprovada em 31-08-2018